

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA, DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO -RJ

Ref. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16288/2024, EDITAL DE SELEÇÃO Nº 005/SEMUSA/2024

A Santa Casa de Misericórdia de Oliveira dos Campinhos – INSV – Instituto de Saúde Nossa Senhora da Vitória, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.824.560/0001-02, com sede na Rua Sebastiao Dias, S/N, Oliveira dos Campinhos, Santo Amaro//BA, CEP 44.215-000, tempestivamente aos prazos legais, com fundamento no Artigo 165, § 1º, inciso I da Lei nº 14.133/21, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas, vem apresentar

CONTRARRAZÕES

Contra o Recurso Administrativo da licitante INSTITUTO GNOSIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 01.063.511/0001-03, pelos fatos e fundamentos expostos a seguir.

SALVADOR - BA
(71) 2132-2477
AV. TANCREDO NEVES, 620,
SALA 602, CAMINHO DAS
ÁRVORES, SALVADOR - BA
CEP: 41.820-020

RIO DE JANEIRO - RJ
(21) 3400-8356
AV. DAS AMÉRICAS, 1155,
SALAS 1802/1803, BARRA DA
TIJUCA - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP: 22.631-000

SÃO PAULO - SP
(11) 3845-1115
RUA ALCIDES LOURENÇO
DA ROCHA, 167, SALA 71,
BROOKLIN, SÃO PAULO - SP
CEP: 04.571-110

UNIDADES
BAHIA
MINAS GERAIS
RIO DE JANEIRO
SERGIPE
insvsaude.org

I- DA TEMPESTIVIDADE:

Em primeiro lugar, cumpre demonstrar a tempestividade da presente, tendo em vista que o item 10.3 do Edital de seleção em tela, consideraremos 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recursos, bem como 05 (cinco) dias úteis para apresentação de contrarrazões.

Desta forma, uma vez que o julgamento dos Planos de Trabalho exarado em sessão pública ocorreu no dia 02 de outubro de 2024, o prazo de recursos se dará até o dia 09/10/2024, com prazo de contrarrazões até o dia 16/10/2024, a presente CONTRARRAZÃO se mostra tempestiva.

II- DO MÉRITO

A Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio torna público, doravante denominada SEMUSA, realizou o Chamamento Público nº 005/SEMUSA/2024, Processo Administrativo nº 16288/2024, cujo objeto é a seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como organização social de saúde na área da saúde, no âmbito do município de Cabo Frio, para gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde, na unidade municipal de pronto atendimento – UPA II Tamoios, conforme disposto no Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei.

III- DA REFUTAÇÃO DAS INFUNDADAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

As Razões Recursais ora apresentadas pela RECORRENTE referem-se a alegações de falhas e descumprimento de requisitos do edital que direcionaria à DESCLASSIFICAÇÃO a proposta apresentada pela A Santa Casa de Misericórdia de Oliveira dos Campinhos – INSV – Instituto de Saúde Nossa Senhora da Vitória

Buscando em fato concreto e de direito fundamentar as alegações vazias e inverídicas, então nos debruçamos quanto as alegações são infundadas da RECORRENTE que não merecem prosperar.

Inicialmente a recorrente começa alegando:

1. Pesquisa de Satisfação

A pesquisa de satisfação apresentada pela Santa Casa foi submetida em formato físico, e não digital, conforme recomendado pelas melhores práticas de transparência e tecnologia. Tal prática contraria os avanços tecnológicos que proporcionam maior fidedignidade e segurança na coleta de dados e compromete a eficiência do processo licitatório.

Ocorre que conforme descrição em nossa proposta técnica.

A UPA Tamoio contará com uma Pesquisa de Satisfação dos Usuários com o objetivo de promover o Controle Social, onde a opinião dos usuários será considerada no aprimoramento dos serviços da UPA. A Pesquisa de Satisfação do Usuário da UPA Tamoio tem papel fundamental para construir um SUS mais eficiente, humanizado e acessível para todos e será realizada durante todo ano de acordo com a definições da equipe gestora do INSV.

A pesquisa será realizada se dará ininterruptamente com a disponibilização de questionários, em caráter permanente em setores da UPA para o preenchimento voluntário por parte do cidadão.

Nesse sentido, a tabulação dos dados será realizada mensalmente até o 10º dia útil do mês seguinte e a apresentação dos resultados se dará mensalmente e através de relatórios e gráficos. Estes dados serão divulgados à equipe. Após apresentação dos resultados, planos de ações corretivas serão desenvolvidos pelos gestores, objetivando estabelecer a melhoria dos níveis de satisfação dos usuários, em consonância com a obrigação editalícia.

Ademais, os elogios serão divulgados mensalmente nos murais da unidade e canal de comunicação interna digital.

Percebe-se, que não há qualquer registro quanto à forma que será abordada, qual seja, manual ou digital. Desta forma, salienta-se que caso a instituição optar pela forma manual, não irá comprometer a transparência, já que uma Política de Transparência baseia – se em disciplinar os procedimentos e ferramentas a serem adotados para garantir a diafaneidade da gestão e o direito de acesso à informação.

A equidade é um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso justo e igualitário aos serviços de saúde, independentemente de sua condição social, econômica, geográfica ou racial. Embora a universalidade também seja um princípio essencial do SUS, garantir que todos os cidadãos tenham direito ao acesso à saúde, a equidade vai além, reconhecendo que, para se atingir a igualdade real, é necessário tratar os desiguais de maneira desigual.

Para tanto o INSV, com foco na equidade e pensando por meio de uma perspectiva que interpreta os contextos e propicia o respeito à diversidade, abrindo espaço para a inclusão, propõe uma pesquisa de satisfação para o público da UPA Tamoio, envolvendo a garantir que as perguntas abordem diferentes aspectos da experiência de atendimento, considerando a diversidade de gênero, raça, classe social, localidade, cultura e outros fatores, sendo de forma simples

e acessível, respeitando as condições de cada grupo populacional, para garantir que todas as vozes sejam ouvidas. Isso significa que pessoas que estão em situações de maior vulnerabilidade, como população de baixa renda, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, possam expressar sua opinião, em reconhecimento das barreiras sociais, econômicas ou culturais que enfrentam no acesso aos serviços de saúde.

Portanto, a equipe gestora do INSV da unidade, após análise de toda situação e realidade população usuária da upa, tomará a decisão por uma ferramenta de pesquisa de satisfação manual ou digital, respeitando a diversidade e a realidade da população a ser assistida. O posicionamento não diminuirá a fidedignidade e segurança na coleta de dados e nem tão pouco compromete a eficiência do processo licitatório, já que respeita os princípios do SUS.

Consequente alegou ainda:

2. Autenticação Deficiente dos Documentos

A falta de autenticação dos documentos, como a Ata de Assembleia e o certificado de doutorado do Responsável Técnico (RT), compromete a validade desses documentos, contrariando as exigências do edital e fragilizando a comprovação de regularidade da qualificação técnica do licitante.

Em primeiro momento desta alegação a RECORENTE centra-se nos instrumentos jurídicos desta contraarrazoante, onde alega:

“A falta de autenticação dos documentos, como a Ata de Assembleia...”

Ocorre que tal alegação não se sustenta considerando que os instrumentos citados pela recorrente não estão em cópias simples mas são sim originais, uma vez que são passíveis de verificação de autenticidade, via selo cartorial, seja através de consulta do código do ato notarial no site www.tjba.jus.br/autenticidade ou através do Código QR, neles presentes conforme amostragem que segue:

Registro de Imóveis e Hipotecas, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Santo Amaro/BA
CNPJ 28.427.455/0001-07 | CNS 00.586-8 | Oficial de Registro: Bruno Santos Magalhães
Endereço: Avenida Ferreira Bandeira, 324, Loja 02, Centro, Santo Amaro/BA, CEP: 44.200-000 | Skype: live:risantoamaro_1
Telefone: (75) 98141-9156 | Email: risantoamaro@outlook.com | Site: www.registrodeimoveis.org.br/risantoamaro | Funcionamento: 2ª a 6ª, 8h às 14h

CERTIDÃO DE ATO PRATICADO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

Protocolo: 6672.
Título: **AVERBAÇÃO.**
Apresentante: **VALERIANO JOSÉ DE FREITAS FILHO.**
CERTIFICO que procedi a prática do(s) seguinte(s) ato(s):

Livro	Ato (R/AV)	Espécie	DAJE	Valor
A-34	146/av97	PJ-Estatuto alteração Social	9999033041829	Total: R\$464,52 (Emolumentos R\$224,36 - Taxa Fiscal R\$159,33 - FECOM R\$61,32 - PGE R\$8,92 - FMMPBA R\$4,65 - Def. Pública R\$5,95)

O referido é verdade e dou fé.
Santo Amaro/BA, 28 de maio de 2024.
Ana Maria Rodrigues
Substituta

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1910.AB026311-2
LNLUA7BUUD
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade



Em segundo momento ainda sobre a alegação em tela a recorrente pontua que:

“...e o certificado de doutorado do Responsável Técnico (RT), compromete a validade desses documentos, contrariando as exigências do edital e fragilizando a comprovação de regularidade da qualificação técnica do licitante.”

Ocorre que seja por deliberada falta de atenção e ou má intenção, ocorre que esta alegação é na verdade inverídica. Uma vez que todas as comprovações de regularidade de qualificação técnica de Nosso RT Médico, são passíveis de autenticidade digital, vejamos a exemplo:

Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica, desta entidade:

Este certificado atesta a REGULARIDADE da inscrição do estabelecimento acima neste Conselho Regional de Medicina, em cumprimento à Lei nº. 6.839, de 30/10/1980 e às Resoluções CFM nº. 997 de 23/05/1980 e 1.980 de 11/07/2011. Ressalvada a ocorrência de alteração nos dados acima, este certificado é válido até 24/11/2024. Este certificado deverá ser afixado em local visível ao público e acessível à fiscalização.

Chave de validação nº. **c6b9c78014a6bd69b874284aa343b52a44098502**
Emitida eletronicamente via internet em **22/11/2023**
Sua autenticidade poderá ser confirmada no site do **CREMEB**:
<http://www.cremeb.org.br/>

Certidão de regular inscrição do nosso RT, médico no Conselho Regional de Medicina:

SALVADOR - BA
(71) 2132-2477
AV. TANCREDO NEVES, 620,
SALA 602, CAMINHO DAS
ÁRVORES, SALVADOR - BA
CEP: 41.820-020

RIO DE JANEIRO - RJ
(21) 3400-8356
AV. DAS AMÉRICAS, 1155,
SALAS 1802/1803, BARRA DA
TIJUCA - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP: 22.631-000

SÃO PAULO - SP
(11) 3845-1115
RUA ALCIDES LOURENÇO
DA ROCHA, 167, SALA 71,
BROOKLIN, SÃO PAULO - SP
CEP: 04.571-110

UNIDADES
BAHIA
MINAS GERAIS
RIO DE JANEIRO
SERGIPE
insvsaude.org



Esta certidão tem validade até o dia 16/11/2024.

Chave de validação **5631601a5e59f0af122bf259cbe9c89ac4fadc31**

Emitida eletronicamente via internet em **16/08/2024.**

Sua autenticidade poderá ser confirmada no site do **CREMEB:**
<http://www.cremeb.org.br/>

Certidão de direção técnica do RT em hospital próprio:

Por ser verdade, firmo a presente, para os fins de direito.



Sem mais para o momento, firmamos o presente.

Chave de validação nº. **0a2f86ec32e43ca1796adca2cb77571ab1f63a97**

Emitida eletronicamente via internet em **22/03/2023**

Sua autenticidade poderá ser confirmada no site do **CREMEB:**
<http://www.cremeb.org.br/>

Certidão de atestação da direção técnica de nosso RT, referente ao Hospital Geral Menandro de Farias:

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (<http://websemc.cremeb.org.br/home/VerificaAutenticidade>), através do código:

b08f065a-657e-475e-a560-33e69e772e10

Certidão de atestação da responsabilidade técnica de nosso RT, referente ao Hospital Municipal de Salvador:

Salvador, quinta-feira, 19 de maio de 2022.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (<http://websemc.cremeb.org.br/home/VerificaAutenticidade>), através do código:

01c37000-5181-4e64-a3c4-546df1cd7cbc

Nesse mesmo diapasão a recorrente em desespero levanta ainda questionamentos infundados o quanto já exposto aqui aliada a mera observação da documentação em tela já, verifica-se a insustentabilidade de suas alegações.

3. Inconsistências Documentais

A ausência de autenticação em diversas páginas da Ata de Assembleia, aliada à presença indevida de carimbos de registro de imóveis em documentos não relacionados, levanta dúvidas sobre a integridade documental, colocando em risco a credibilidade da proposta da concorrente.

Agora quanto a fundamentação legal para o uso de autenticidade digital:

[Lei Federal nº 8666 de 1993](#), e estabelece que:

Art. 32. Os [documentos necessários à habilitação](#) poderão ser apresentados em original, **por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente** ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

(Grifo nosso).

Certo que em 1993 não tinha como o legislador ter previsto o nível de evolução tecnológica, contudo a redação foi bastante abrangente ao afirmar que a documentação necessária à habilitação pode ser apresentada **“por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente”**, conferindo legitimidade aos documentos apresentados mediante cópia por autenticação digital.

Ademais, a [Nova Lei de Licitações 14.133 de 2021](#), já ciente do avanço tecnológico, não deixa dúvidas quanto à legalidade da cópia autenticada digital e explicitando ainda a sua preferência, senão vejamos:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

VI – os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

Da acertada e idônea decisão da Comissão Julgadora

E sobre esse tema o Tribunal de Contas da União já se posicionou no **ACÓRDÃO Nº 1264/2010 – TCU – Plenário**, determinando:

(...) à Prefeitura Municipal de Chã Preta/AL que:

(...)

c) nas licitações, abstenha-se de recusar documentos com autenticação digital, face à existência de normativos legais que amparam este tipo de certificação;

(...)

O Ministro Relator AROLDO CEDRAZ, ao dar seu voto observou:

“4. Como relatado nos itens 4 a 23 da instrução transcrita no Relatório precedente, foi confirmada a existência de imposições de restrições indevidas à participação de possíveis interessados, por conta das exigências contidas nos editais analisados, a saber:

(...)

b) recusa de documentos com autenticação digital mesmo com a existência de normativos legais que amparam este tipo de certificação;

Voto que foi acompanhado pelos demais Ministros: Ubiratan Aguiar (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro. A saber:

“ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.3. determinar à Prefeitura Municipal de Chã Preta/AL que:

9.3.3. nas licitações, abstenha-se de recusar documentos com autenticação digital, ante a existência de normativos legais que amparam este tipo de certificação;”

E reiterou:

É irregular a não aceitação, para fins de certificação de documentação de habilitação, de autenticação digital feita por cartório competente.

Acórdão: 802/2016 – Plenário. Data da sessão: 06/04/2016. Relator: Augusto Sherman

Restando claro que a recusa de aceitação um documento digitalmente autenticado é um ato ilegal!

A recorrente alega ainda:

4. Sobreposição de Atestados de Capacidade Técnica

Três dos cinco atestados de capacidade técnica apresentados pela concorrente cobrem períodos sobrepostos, o que, de acordo com o entendimento da legislação vigente e dos critérios do edital, não permite a cumulatividade de pontos. Tal situação pode resultar em uma pontuação indevida e em vantagem desleal sobre os demais concorrentes.

Ocorre a recorrente já demonstrando o desespero continua com suas alegações infundadas, uma vez que nossa atestação apresentada foi mais que suficiente para o pleno atendimento das exigências editalícias. O que não se traduz na documentação da recorrente, que iremos abordar em momento posterior.

A recorrente alega ainda:

5. Documentação Irregular dos RTs

Os responsáveis técnicos, tanto médico quanto administrativo, apresentaram documentação exclusivamente oriunda do Estado da Bahia, sem comprovação de habilitação no Estado do Rio de Janeiro, local de prestação dos serviços. Isso contraria as exigências de regularidade profissional no âmbito local.

O desespero é tamanho que a RECORRENTE, abusa da ingenuidade e ou da malícia, tal exigência se existisse seria contrária aos princípios basilares das contratações públicas, ferindo mortalmente a isonomia e a ampla participação!

A recorrente alega ainda:

6. Não Apresentação de Documentos Financeiros Atualizados

A não disponibilização do balanço financeiro de 2023 compromete a análise da capacidade financeira da concorrente, o que, somado à falta de acesso ao Envelope 2, torna inviável a verificação de conformidade com os requisitos do edital.

Novamente na ausência de questões fáticas a Recorrente elabora exigências e interpretações na tentativa de elaborar uma narrativa enviesada buscado favorecimento próprio! Ao alegar ausência de documentos que são exigidos em fase distinta e posterior a atual a fase Habilitatória, buscado ainda sugerir equivoco no procedimento da Comissão Especial de Seleção o que não houve!

IV- DOS DESCUMPRIMENTOS. EDITALÍCITOS POR PARTE DE RECORRENTE (INSTITUTO GNOSIS)

Cumpre-se em face do julgamento dos Planos de Trabalho exarado em sessão na data supracitada onde as participantes foram pontuadas da seguinte forma: INSV – INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA, detentora

da maior nota 9,4 (nove virgula quatro), seguida do INSTITUTO GNOSIS, detentora da nota 8,5 (oito virgula cinco) e INSTITUTO ELISA DE CASTRO, detentora da nota 7,75 (sete virgula setenta e cinco).

Sinalizar equívocos na aferição da atestação apresentada pela recorrente INSTITUTO GNOSIS, ao arrepio das normas editalícias, logo se faz necessária uma avaliação pormenorizada, a fim de que, ao final seja revisada a pontuação com fulcro na legalidade e transparência do processo em tela. Veja.

O edital explicita suas exigências quanto a Comprovação da experiencia e capacidade gerencial Hospitalar Própria da OSS, disciplinando:

A Comprovação da experiência é capacidade gerencial da OSS na prévia realização, de objetos de natureza semelhante.	3	(*) Atestados de capacidade técnica que certifique a <u>experiência em Gerência Hospitalar Própria com mais de 01 um na gestão de Unidade de Saúde com período mínimo de 12 (doze) meses, perfil de urgência e emergência, com no mínimo 20 (vinte) leitos, com e</u> que realize procedimentos de Média e Alta Complexidade, que constem na Tabela	12,5	50
		SUS. Aceito somatório de atestados sendo 2,5 (dois pontos e meio), pontos para cada ano apresentado, serão aceitos no máximo 05 (cinco) atestados.		

Sendo que o INSTITUTO GNOSIS, não apresentou qualquer atestação que comprove da experiência e capacidade gerencial Hospitalar Própria em suas respectivas documentações apresentadas. Contudo ainda assim pontuou quando deveria ter tido zerado esse item.

Ademais, o edital explicita suas exigências quanto a comprovação da experiencia e capacidade gerencial da OSS, na gestão de unidades de saúde, disciplinando:

		(*) Atestados de capacidade técnica Operacional que certifique a experiência em gerência com mais de 01 na gestão de Unidade de Saúde com período mínimo de 12 (doze) meses, perfil de urgência e emergência, com no mínimo 20 (vinte) leitos e que realize procedimentos de Média e Alta Complexidade, que constem na Tabela SUS. Aceito somatório de atestados sendo 2,5 (dois pontos e meio), pontos para cada ano apresentado, serão aceitos no máximo 05 (cinco) atestados.	12,5	
--	--	--	------	--

Ocorre que, em total discordância a exigência editalícia aqui especificada, o **INSTITUTO GNOSIS** deixou de apresentar, de fato, os atestados indicados em sua capa como **Anexo II- Hospital da Mulher SES RJ, Anexo III- HOSPITAL DA MÃE SES RJ e Anexo V- HOSPITAL MATERNIDADE MARIA AMÉLIA E CER CENTRO. Melhor dizendo, ainda que citado a existência,** não houve apresentação do documento.

Além disto, no **Anexo IV- HOSPITAL ESTADUAL INFANTIL E MATERNIDADE ALZIR BERNARDINO ALVE, a referida OS não apresentou atestado a esta respectiva Unidade,** juntando atestado da REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E ESTRATEGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – MARICÁ, repetindo o mesmo em seu Anexo XVI, sendo que o mesmo diverge em natureza da exigência editalícia o próprio atestado apresentado é claro na descrição de sua natureza, *in verbis*:

A natureza dos serviços prestados nas 31 unidades geridas, consiste na gestão da Atenção Primária, Saúde da Família e Saúde Bucal, NASF, Consultório na Rua e CAPS, bem como, das ações de Promoção, Vigilância em Saúde e de Educação.

Logo o mesmo não atende a exigência editalícia em tela.

Referente ao ANEXO VIII - ÁREA PROGRAMÁTICA 2.1 E UPA ROCINHA e ANEXO IX - ÁREA PROGRAMÁTICA 5.1, os mesmos também são de serviços que não fazem referência as exigências editalícias, assim, não devem ser considerados!

SALVADOR - BA
(71) 2132-2477
AV. TANCREDO NEVES, 620,
SALA 602, CAMINHO DAS
ÁRVORES, SALVADOR - BA
CEP: 41.820-020

RIO DE JANEIRO - RJ
(21) 3400-8356
AV. DAS AMÉRICAS, 1155,
SALAS 1802/1803, BARRA DA
TIJUCA - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP: 22.631-000

SÃO PAULO - SP
(11) 3845-1115
RUA ALCIDES LOURENÇO
DA ROCHA, 167, SALA 71,
BROOKLIN, SÃO PAULO - SP
CEP: 04.571-110

UNIDADES
BAHIA
MINAS GERAIS
RIO DE JANEIRO
SERGIPE
insvsauade.org

Cumpre-se alertar ainda que toda atestação apresentada pelo INSTITUTO GNOSIS descumpra a regra editalícia, que em sua exigência é clara ao disciplinar que a comprovação em tela é feita através de (ATESTADOS), não facultado a simples apresentação de contratos para seu atendimento. Assim deve ser zerada a pontuação a ela atribuída neste item!

A presente irrisignação se faz necessária, ao passo que a aceitação e pontuação conferida aos documentos acima citado viola primados ptreos da Administração Pública, como o da estrita legalidade e vinculação ao instrumento convocatório.

Sendo a licitação um procedimento administrativo, cujo desenvolvimento se dá mediante uma série de atos sucessivos e coordenados, voltada, de um lado, a atender ao interesse público pela escolha do negócio mais vantajoso para a Administração, e de outro, a garantir a legalidade, princípio de fundamental importância para que os particulares possam disputar entre si – de forma justa – a participação em contratações que as pessoas jurídicas de direito público entendam realizar.

Dessa forma, deve o procedimento licitatório obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, economicidade, desenvolvimento nacional sustentável, vinculação ao instrumento convocatório, obtenção de competitividade, julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos, como definido nos art. 37 da CF e art. 5º da Lei nº 14.133/2021, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Com arrimo em tais preceitos, é de se saber que os princípios se apresentam como o alicerce das normas que regem os atos administrativos e devem ser observados, sob pena de restar frustrada a existência, validade e eficácia da licitação pública.

SALVADOR - BA
(71) 2132-2477
AV. TANCREDO NEVES, 620,
SALA 602, CAMINHO DAS
ÁRVORES, SALVADOR - BA
CEP: 41.820-020

RIO DE JANEIRO - RJ
(21) 3400-8356
AV. DAS AMÉRICAS, 1155,
SALAS 1802/1803, BARRA DA
TIJUCA - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP: 22.631-000

SÃO PAULO - SP
(11) 3845-1115
RUA ALCIDES LOURENÇO
DA ROCHA, 167, SALA 71,
BROOKLIN, SÃO PAULO - SP
CEP: 04.571-110

UNIDADES
BAHIA
MINAS GERAIS
RIO DE JANEIRO
SERGIPE
insvsaude.org

Para mais, como se trata, também, de norma Constitucional, destaca-se que a Lei Maior determina que todos os procedimentos de natureza administrativa devem obedecer, de forma integral, aos supracitados princípios, notadamente considerando os preceitos pilares do sistema nacional, como é o caso do Estado Democrático de Direito.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade.

Tal princípio determina que a Administração Pública deverá seguir de forma estrita a todas as regras que tenham sido previamente estipuladas para disciplinar e conduzir o certame. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Quando se fala em vinculação ao instrumento convocatório, há uma regra de obrigatoriedade para que a autoridade não omita regras e condições impostas para a participação e execução do contrato.

O princípio em comento, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos primados licitatórios, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível e nos exatos termos das regras previamente estipuladas.

Celso Antônio Bandeira de Mello, há muito, ensina que *“o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame”*, e que *“o princípio do julgamento objetivo, almeja como é evidente, impedir que a licitação seja decidida sob o influxo do subjetivismo, de sentimentos, impressões ou PROPÓSITOS PESSOAIS dos membros da comissão julgadora”*.

Complementa o Prof. Marçal Justen Filho que:

Se na oportunidade da edição do ato convocatório, a Administração reputou relevante certa exigência, não pode voltar atrás posteriormente. Não se admite que, na ocasião do julgamento, seja alterada a natureza da exigência (e, portanto, do vício). Não se pode ignorar uma exigência que fora veiculada como referida ao interesse público. Assim, se o ato convocatório exige planilhas, informações complexas, demonstrativos etc., sua ausência é causa de desclassificação. Se o ato convocatório impôs determinado requisito formal, há que reputar-se relevante e fundamentada a exigência – mormente se inexistiu tempestiva impugnação pelos licitantes. Era do conhecimento de todos que a exigência deveria ser cumprida. Quem não o fez, deverá arcar com as consequências da sua omissão.

Quanto ao tema, a jurisprudência pátria entende que a observância do princípio da vinculação ao edital de licitação é medida impositiva, interpretando-se este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os termos editalícios devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação.

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO. (TCU, Acórdão 4091/2012, Segunda Câmara, rel. Min. AROLDO CEDRAZ, julgado em 12/06/2012)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. INGRESSO E REMOÇÃO NO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL. AVALIAÇÃO DE TÍTULOS. PREVISÃO EDITALÍCIA. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO. LITISCONSORTE PASSIVO. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A jurisprudência deste STJ é rigorosamente torrencial e uniforme quanto à obrigatoriedade de seguir-se fielmente as disposições editalícias como garantia do princípio da igualdade, e sem que isso signifique qualquer submissão a exigências de ordem meramente positivistas [...] 4. Agravo Regimental de MARCELO SACCOL COMASSETTO a que se nega provimento. (AgRg no RMS 31.211/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 25/09/2015)

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. 1. A Corte de origem apreciou a demanda de modo suficiente, havendo se pronunciado acerca de todas as questões relevantes. É cediço que, quando o Tribunal a quo se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não cabe falar em ofensa aos referidos dispositivos legais. Saliente-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos. 2. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. 3. Aceitar

documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes. 4. Recurso especial não provido. (REsp 1178657/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/09/2010, DJe 08/10/2010)

Pois bem. *In casu*, ao pontuar atestações supracitadas, esta Comissão atentou contra normas editalícias, principalmente quando se trata de quesitos técnicos, fundamentais à prestação do objeto do edital, violando cruelmente a prescrição dos princípios licitatórios, em especial os da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, sendo, portanto, cogente a reforma da decisão para excluir da pontuação das licitantes acima citadas as pontuações dissonantes com os critérios estabelecidos no Edital.

V- DO PEDIDO

Ante o exposto, requer que seja completamente indeferido o recurso proposto em função da inaplicabilidade de suas parcas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou a Santa Casa de Misericórdia de Oliveira dos Campinhos – INSV – Instituto de Saúde Nossa Senhora da Vitória, VENCEDORA do certame. Assim como a revisão da Nota da recorrente INSTITUTO GNOSIS, com base no quanto pontuado neste instrumento. E assim seja dando prosseguimento as demais fases pertinentes do processo licitatório em tela.

Termos em que pede e aguarda deferimento.

Cabo Frio/RJ. 16 de outubro de 2024.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS
INSV - INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA
CNPJ: 13.824.560/0001-02
Valeriano José de Freitas Neto
Presidente do Conselho de Administração

SALVADOR - BA
(71) 2132-2477
AV. TANCREDO NEVES, 620,
SALA 602, CAMINHO DAS
ÁRVORES, SALVADOR - BA
CEP: 41.820-020

RIO DE JANEIRO - RJ
(21) 3400-8356
AV. DAS AMÉRICAS, 1155,
SALAS 1802/1803, BARRA DA
TIJUCA - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP: 22.631-000

SÃO PAULO - SP
(11) 3845-1115
RUA ALCIDES LOURENÇO
DA ROCHA, 167, SALA 71,
BROOKLIN, SÃO PAULO - SP
CEP: 04.571-110

UNIDADES
BAHIA
MINAS GERAIS
RIO DE JANEIRO
SERGIPE
insvsaude.org